

“Em nome da pátria e da glória”: a formação do 1.º Corpo de Voluntários da Pátria (Pernambuco, 1865)

“In the name of the homeland and glory”: the formation of the 1st Homeland Volunteer Corps (Pernambuco, 1865)

Wellington Barbosa da Silva

 <http://orcid.org/0000-0002-5730-2785>
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Resumo: Em fins de 1864, o Brasil entrou em um longo e penoso conflito contra o Paraguai. Como os recursos bélicos (tanto materiais quanto humanos) eram escassos, o governo imperial lançou mão de todos os meios ao seu alcance para arregimentar tropas e enviá-las para o teatro de operações: convocou a Guarda Nacional, intensificou o recrutamento forçado para o Exército e, apelando para o patriotismo dos cidadãos, criou os corpos de Voluntários da Pátria. Esperava-se que os homens aptos para pegar em armas cumprissem ao pé da letra o preceito constitucional de garantir a Independência e a integridade do Império, defendendo-o dos seus inimigos externos ou internos. Em um momento conturbado como esse, palavras como pátria, patriota, patriótico e patriotismo ocuparam o vocabulário dos cidadãos – embora o alcance do significado de cada uma dessas palavras fosse bem limitado, variando de região para região dentro de uma mesma província. Partindo de uma pesquisa de base empírica realizada em um *corpus* documental diversificado (dicionários de língua portuguesa coevos, coleção de leis, relatórios de presidente de província, ofícios de autoridades policiais e, principalmente, jornais de periodicidade regular), este artigo se debruça especificamente sobre os quatro primeiros meses de 1865 e procura avançar na compreensão histórica da mobilização (tanto de cariz governamental, quanto popular) que, nesse recorte cronológico, norteou a formação do 1.º Corpo de Voluntários da Pátria em Pernambuco.

Palavras-chave: Pátria. Guerra do Paraguai. Pernambuco.

Abstract: In late 1864, Brazil entered a long and painful conflict against Paraguay. As war resources (both material and human) were scarce, the imperial government used all means at its disposal to enlist troops and send them to the theater of operations: it summoned the National Guard, intensified forced recruitment into the Army and, appealing to the citizens' patriotism, created the bodies of Volunteers of the Fatherland. It was expected that men able to take up arms would literally fulfill the constitutional precept of guaranteeing the Empire's independence and integrity, defending it from its external or internal enemies. In a troubled moment like this, words like homeland, patriot, patriotic and patriotism, occupied the vocabulary of the citizens – although the scope of the meaning of each one of these words was very limited, varying from region to region within the same province. Based on an empirical research carried out in a diversified documentary corpus (contemporary Portuguese language dictionary, a collection of laws, reports from the president of the province, letters from police authorities and, mainly, regular newspapers), this article focuses specifically in the first four months of 1865 and seeks to expose the historical understanding of the mobilization (both governmental and popular) that, in this chronological cut, guided the formation of the 1st Corps of National Volunteers in Pernambuco.

Keywords: Homeland. War of Paraguay. Pernambuco.

Cidadãos Guardas Nacionais, lembrai-vos que sois brasileiros e filhos da heroica província de Pernambuco, a província histórica do Império do Cruzeiro.

Briosos pernambucanos descendentes de tantos bravos, a nossa Mãe Pátria nos chama a defendê-la, acudamo-la. Os sacrifícios sobrepõem as ações, marchemos para o Sul a **esmagarmos** o réptil que ousa afoito erguer a cabeça.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

[...]

Tenente-Coronel Francisco de Miranda Leal Seve Comandante do 3.º Batalhão de Guarda Nacional do Município do Recife.

Jornal do Recife, 1865

A genealogia do vocábulo “pátria”, conforme registrou Fernando Catroga, se perde na poeira do tempo. E pode ser encontrado em Homero, “onde patra, patris (e seus derivados: patrões, pátrios, patriôtes) remetem para a ‘terra dos pais’ (hê patris)”. Contudo, desde esse passado remoto sua semântica “engloba, tanto o enraizamento natálico, como a fidelidade a uma terra e a um grupo humano identificado por uma herança comum, real ou fictícia” (CATROGA, 2009, p. 13). O apego à pátria era geográfica e socialmente localizado, de alcance limitado; não se confundia, portanto, com o sentimento nutrido em relação ao Estado e à nação como se tornou comum ao longo dos chamados Tempos Modernos.

Lucien Febvre, em um dos seus livros, analisou a origem e a evolução dos sentimentos de honra e pátria, mas ele não recuou tanto assim no tempo e, discordando de Catroga, defendeu que a palavra pátria “não é muito antiga. É uma palavra do século XVI. É falso que se trata de uma palavra do século XV”. Para ele, o vocábulo aparece, pela primeira vez, entre 1540 e 1550, através do italiano Patria e se torna de uso corrente a partir de 1550 (FEBVRE, 1998, p. 150). No entanto, pelo menos nesse período, a palavra pátria se relacionava com a terra dos ancestrais. Possuindo “ressonâncias carnis e sentimentais profundas”, ela evocava “a terra, os mortos; a terra, esse grande ossuário dos mortos” (FEBVRE, 1998, p. 152).

No Brasil, durante o século XVIII e a centúria seguinte, a palavra pátria também esteve relacionada ao lugar de nascimento, tal como foi registrado por Catroga. Nos dicionários de Rafael Bluteau (1728), Antonio de Moraes Silva (1789), Luiz Maria da Silva Pinto (1832) e frei Domingos Vieira (1871) o vocábulo aparece com esse significado. Por seu turno, a palavra patriota foi dicionarizada mais tardiamente – aparecendo no glossário de Luiz Maria da Silva Pinto, em 1832, com o sentido de ser “da mesma pátria, amigo da pátria”. E os termos patriótico e patriotismo foram registrados somente no início da década de 1870, pelo frei Domingos Vieira – o primeiro, como adjetivo “pertencente ao patriota, ou à pátria” (mas, figuradamente, como “nobre, digno, elevado, sublime”); e o segundo com o sentido de “amor, zelo do bem da pátria”.

Nas primeiras décadas do século XIX, percebe-se uma evolução semântica do vocábulo pátria. No alvorecer de 1822, o Frei Caneca contribuiu para isso ao publicar uma dissertação destinada, segundo ele, ao “povo rude e que não [tinha] aplicação às letras”, com o objetivo de difundir entre os iletrados a noção correta da palavra pátria (CANECA, 2001, p. 57). Discordando do seu significado unívoco, associado apenas ao “lugar em que se viu a primeira luz do dia”, a “pátria de natureza”, ele sugeriu a ampliação do seu conceito, definindo-a também como a “pátria de direito”, ou seja, o lugar onde as pessoas, mesmo sendo estrangeiras, fixavam suas residências e estabeleciam seus negócios.

Após a independência, a palavra pátria passou, pouco a pouco, a ser atravessada e reelaborada pelos diversos discursos e práticas políticas e sociais que convergiram para a ereção do Brasil enquanto corpo político autônomo, ou seja, para a sua emergência histórica como Estado-nação. Sua efetiva introdução no vocabulário da época ficou patente em um artigo de Gonçalves de Magalhães, publicado em 1836, na revista *Nichtheroy*. Nele, o poeta reconheceu a novidade do tema, mas também a sua força contemporânea, afirmando: “Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até ali desconhecida, é a ideia de Pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome” (MAGALHÃES apud SOUZA, 1999, p. 13).

Porém, como afirma José Murilo de Carvalho, o principal fator de produção de identidade brasileira foi a guerra contra o Paraguai. Durante o período colonial não havia pátria brasileira, não havia “um sentimento de pátria comum”. Não havia sequer o Brasil, mas apenas uma “coleção de unidades políticas unidas por contiguidade geográfica” (CARVALHO, 2004, p. 77). Mesmo depois

de proclamada a independência, a “ideia de pátria manteve-se ambígua”, sendo empregada muito mais com uma conotação local ou regional. Com a guerra do Paraguai evidenciou-se uma mudança de mentalidade. Durante cinco anos (1865-1870), o referido conflito “mobilizou 135 mil soldados vindos de todas as províncias, exigiu grandes sacrifícios e afetou a vida de milhares de famílias”. E, pelo menos no seu primeiro ano, despertou na população “um autêntico entusiasmo cívico” (CARVALHO, 2004, p. 78). Os diversos ritos e simbologias relacionados com o esforço de guerra contribuíram para a constituição de um valor que se elevava “acima das lealdades e dos patriotismos localistas”, ou seja, de uma identidade nacional.

Porém, apesar desse avanço semântico, a noção de pátria ainda se confundia com as identidades locais, no máximo, provinciais. Como nos indica uma matéria publicada no Diário de Pernambuco, no dia 1.º de julho de 1865, falando sobre o fiasco da convocação dos guardas nacionais de Garanhuns. No dia marcado para a apresentação dos primeiros convocados só apareceu um guarda nacional. E, mesmo assim, para avisar que ia à “capital pedir escusa que, quando não [alcançasse] por outro qualquer meio [a teria] dando um homem por si, visto sua mãe dispor de recursos para o fazer”. Como sugere a matéria, a indiferença desses guardas nacionais, classificada como “intolerável nas críticas circunstâncias” em que o país estava envolvido, se devia à ignorância prevalecente naquela localidade:

Há gente, principalmente nestes remontados, que supõe que o homem nascido em outra província, ou mesmo em um lugar que não seja da sua freguesia, e quando muito da comarca a que esta pertença, considera-o como *estrangeiro!*
Coitados! Não sabem que no vasto império do Brasil todos somos irmãos em nacionalidade, e que uma nação só pode ser feliz, e por conseguinte seus filhos, quando entre estes há união e patriotismo.¹

A notícia acima escancarou o pouco patriotismo dos guardas nacionais de Garanhuns, ou, dito de outra forma, nos mostrou como o conceito mais amplo de pátria defendido por Frei Caneca, no início da década de 1820, ainda era de alcance limitado entre a população. Os pernambucanos, sobretudo os moradores de localidades interioranas, como Garanhuns, continuavam presos à uma noção de pátria cujos limites, no máximo, coincidiam com as fronteiras de sua província.

E olha que essa indiferença se deu em um momento no qual uma avalanche de patriotismo parecia tomar conta das cidades. As primeiras vitórias no campo de batalha eram anunciadas em um tom ufanista pelos jornais. E ainda não haviam retornado à província os primeiros mutilados ou inválidos, trazendo com eles as mórbidas marcas de um guerra. O apelo ao patriotismo, pelo menos na capital da província, aparecia amiúde em uma série de práticas discursivas e simbólicas realizadas pelas autoridades e até mesmo por um ou outro cidadão. Todas elas, cada uma à sua maneira, tentavam inflamar o ânimo dos cidadãos e convencê-los ao alistamento no Exército. Afinal, como determinava a Constituição do Império, no seu artigo 145, todos os brasileiros eram “obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência e integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos” (NOGUEIRA, 2001, p. 99).

Era urgente, portanto, que os cidadãos acorressem para defender o Brasil da agressão perpetrada pelo “ousado tiranete de Assunção” – como um jornal coetâneo se reportou a Solano Lopez, logo no início da guerra.² No entanto, o conflito pegou o governo brasileiro de calças curtas. Os recursos existentes (tanto materiais quanto humanos) eram escassos. Sobretudo, para sustentar o esforço bélico de uma campanha com previsão de ser longa e cujo teatro de operações se estenderia para além das fronteiras do país. Como admitiu um presidente de Pernambuco, em um laudatório discurso divulgado por um dos principais jornais recifenses: para “realizar esse importante empenho precisamos de exército e armada; e é bem sabido que ambas as cousas nos

¹ Diário de Pernambuco, 1.º de julho de 1865, n. 148, p. 2. Os periódicos utilizados neste artigo foram consultados por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil (<https://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

² Jornal do Recife, 21 de fevereiro de 1865 n. 42, p. 2.

faltam”.³ Diante da “gravíssima conjuntura” aberta com a deflagração da guerra, como alertou um manifesto à população pernambucana assinado por oito deputados provinciais, o governo imperial teria de “infalivelmente recorrer ao recrutamento, ao chamamento da Guarda Nacional, e ao convite de corpos policiais, e de Voluntários da Pátria”.⁴

Conforme aponta Vitor Izecksohn (2001, p. 86), a “mobilização para a guerra é sempre uma questão delicada. Ela implica um aumento da intervenção governamental e a invasão das prerrogativas locais a partir de autoridades distantes”. E, na campanha militar para a Guerra do Paraguai, o governo brasileiro teve “de responder a diversas questões: quais liberdades individuais deveriam ser sacrificadas primeiro? Quais grupos sociais contribuiriam mais para o esforço de guerra? Como o poder central poderia intervir na vida local sem interferir substancialmente nas relações de poder estabelecidas?” Independente das respostas dadas a essas questões uma coisa era certa: o governo imperial não podia deixar de lado o recrutamento forçado, uma antiga prática de se arregimentar soldados no Brasil, o chamado “tributo de sangue” que era cobrado aos homens aptos a pegar em armas (BEATTIE, 2009).

Essa forma de conscrição era, no dizer de Caio Prado Jr., o “maior espantinho da população” (PRADO JÚNIOR, 1992, p. 310). Quando chegava a época do recrutamento, as vilas e cidades viviam momentos de inquietação. Para escapar dos agentes recrutadores havia até quem recorresse ao casamento de última hora, pois, de acordo com a legislação, quem era casado não podia ser recrutado.⁵ Em meados de maio de 1842, o delegado do termo do Brejo escreveu ao presidente da província relatando ser costume naquele lugar “agitarem-se os casamentos” em épocas de recrutamento, embora muitos noivos não fossem “capazes de sustentarem família, por não se darem ao trabalho”. Para identificar os ardilosos, ele sugeriu que o presidente recomendasse aos párocos do lugar para eles fazerem “uma minuciosa indagação” sobre os nubentes, devendo também ser “ouvida a autoridade policial”.⁶

Na verdade, o fato de ter contraído núpcias não livrava automaticamente os homens livres pobres do recrutamento. Em Pernambuco, desde a primeira metade do Oitocentos, a polícia agia ao arrepio da lei e, sem nenhuma parcimônia, recrutava homens casados. Nas partes policiais desse período, nas quais consta o número de prisões efetuadas em um dado dia, encontramos aqui e acolá casos de homens que, mesmo sendo legalmente casados, eram sumariamente presos e “enviados para recruta”. Para justificar essas prisões, a autoridade policial registrava que os presos eram vadios e, portanto, não tinham condições de sustentar a família ou, o mais comum, que eles eram casados, mas não viviam com as suas respectivas esposas.

No entanto, a forma mais recorrente de resistência popular ao recrutamento era mesmo a fuga: ao menor sinal de sua proximidade, os homens recrutáveis fugiam para o meio do mato, onde ficavam escondidos, como se fossem escravos fugidos, até baixar a poeira. Essa estratégia, caso fosse duradoura, podia inclusive acarretar no desabastecimento das feiras locais e na conseqüente carestia dos gêneros de primeira necessidade, devido ao abandono das roças pelos lavradores, como notou Luís dos Santos Vilhena, na Bahia colonial (VILHENA apud PRADO JR., 1992, p. 311). Ou privar os engenhos de mão-de-obra essencial, como se queixaram, em 1865, cinco proprietários rurais da freguesia do Bom Jardim. Eles solicitaram ao presidente da província “a suspensão do recrutamento” com o argumento de que a redução da mão-de-obra ocasionada pelas fugas era prejudicial aos interesses públicos e particulares, pois “ameaçava reduzir tanto o fisco do Estado

³ Jornal do Recife, 4 de fevereiro de 1865, n. 28, p. 1.

⁴ Jornal do Recife, 1.º de março de 1865, n. 49, p. 1-2.

⁵ As Instruções, contidas na Decisão n. 67, de 10 de julho de 1822, determinaram a liberação do recrutamento para homens casados – o que perdurou até a década de 1870. A Lei n. 2566 de 26 de setembro de 1874, que estabeleceu “o modo e as condições do recrutamento para o Exército e a Armada” não cita a isenção para homens casados, embora tenha aumentado o número de critérios que livravam os cidadãos dessa obrigação cívica. Essa legislação está disponível *on-line* no Portal da Câmara dos Deputados (<https://bit.ly/30tVrDc>).

⁶ Ofício do delegado do Termo do Brejo, Tomás Alves Maciel, para o presidente da província, Francisco do Rego Barros, 18 de maio de 1842. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Polícia Civil, cód. 3, fl. 116.

quanto sua própria renda” (KRAAY, 1999, p. 132).

O recrutamento era uma prática melindrosa e exigia das autoridades uma análise da conjuntura, para ver se o mesmo era viável ou não em determinadas épocas. Em momentos de convulsão social, como motins e rebeliões, ele podia ser um tiro pela culatra para o governo. Um exemplo disso foi dado por Pinto de Souza, delegado de polícia de Sirinhaém. Em janeiro de 1850, durante a Revolução Praieira, ele foi incumbido de recrutar homens para a Marinha, mas ponderou com o chefe de polícia sobre o possível “mau resultado” desta medida. Segundo ele, durante o recrutamento para o Exército, a maior parte dos habitantes se valeu “dos matos para o repouso da noite” – uma prática comum, como vimos. No entanto, “diversos indivíduos” resolveram se voltar contra o governo e engrossar “as fileiras dos rebeldes”. Em sua análise, isso podia acontecer novamente, senão “com os filhos que [podiam] ficar ocultos nos matos, ao menos para com os pais e parentes, os quais com maior prontidão [ouviriam] as seduções” feitas pelos praieiros. Para ele, a prudência recomendava a suspensão “do mesmo recrutamento.”⁷

Nos anos seguintes, quando o ímpeto patriótico arrefeceu e o recrutamento foi intensificado, tornou-se recorrente, em particular nas áreas interioranas, a prática de ações violentas para libertar os recrutados. “Nenhum conjunto de ações” – segundo Vitor Izecksohn – “minou a autoridade imperial de uma forma tão intensa quanto os ataques a escoltas e cadeias” (IZECKSOHN, 2001, p. 93). Foi o que aconteceu, em 22 de março de 1867, em Paudalho. Na ocasião, a cadeia foi atacada por um grupo de 200 homens armados, segundo a estimativa das autoridades. Em vantagem numérica, o grupo atacou a guarda da cadeia, matou três soldados e feriu diversos indivíduos – entre os quais um recruta que faleceu dias depois. Por causa dessa “scena de canibalismo”, como a ela se referiu em tom dramático o presidente da província, foram soltos “todos os recrutas e presos de justiça reclusos na referida cadeia, sendo quatro criminosos de morte, sete pronunciados em outros crimes e trinta e quatro recrutas.”⁸

Após o ataque à cadeia, os ex-prisioneiros, bem como os seus libertadores, se refugiaram nas matas dos engenhos Aldeia e Barrocas, de propriedade do tenente-coronel Luiz de Albuquerque Maranhão. Ainda segundo a narrativa do presidente, a opinião pública atribuía ao mesmo a responsabilidade por tal ataque e o apontava “como chefe, que reunia, mantinha e alimentava tais díscolos e criminosos”.⁹ Independente da soltura de criminosos e da morte de um dos recrutas (talvez um acidente de percurso), podemos conjecturar que o objetivo da empreitada foi mesmo o de soltar os homens recrutados. Para Izecksohn, muitos potentados locais não viam com bons olhos a interferência do poder central em suas redes de relações pessoais, ao recrutar “agregados, parentes e conhecidos cuja lealdade lhes era muito mais importante que os compromissos com a guerra.” (IZECKSOHN, 2001, p. 90-93).

Um ano depois, em 1868, o presidente da província soube que no distrito de Periperi, Termo de Bonito, existia um grupo de homens armados disposto a tomar os recrutas e criminosos a serem remetidos para o Recife. Uma força policial foi enviada para dispersá-lo – “o que só se conseguiu depois de um conflito no lugar do Brejinho, do qual saíram feridos 5 soldados e ficaram presos três dos resistentes, dos quais um gravemente ferido.” Porém, no lugar de Cachoeira, também no termo de Bonito, foram tomados “da escolta que os conduzia 15 dos 21 recrutas que eram remetidos de Caruaru e São Bento.” Nas proximidades da povoação de Bezerras, Manoel e Inácio de Gouveia, irmãos do recruta Lourenço, tentaram sem sucesso libertá-lo. A escolta reagiu, evitando a tomada do preso, mas o confronto foi violento: o subdelegado foi gravemente ferido por um tiro e, Inácio, o

⁷ Ofício do delegado suplente de Sirinhaém, Antonio Germano Regueira Pinto de Souza, para o chefe de polícia, José Nicolau Regueira Costa, 8 de fevereiro de 1850. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Polícia Civil, cód. 28, fl. 235.

⁸ Relatório do presidente Francisco de Paula Silveira Lobo, 15 de abril de 1867, p. 2-3. Os relatórios de presidente de província aqui utilizados foram consultados por meio do Center for Research Libraries – Global Resources Network, cujo endereço eletrônico é: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/180/item>.

⁹ Relatório do presidente Francisco de Paula Silveira Lobo, 15 de abril de 1867, p. 3-4.

seu agressor, foi morto com dois tiros. Uma “infeliz mulher, que estava próxima” também foi baleada, falecendo “poucos momentos depois”. Fatos semelhantes ocorreram nas localidades de Itambé, Quipapá, Vila Bela, Limoeiro, Nazaré, Correntes e Boa Vista.¹⁰

O não-querer dos homens livres pobres ao recrutamento, além de outros fatores (como as rotineiras deserções e atos de insubordinação) demonstrava que a formação de um exército numeroso e disciplinado a médio prazo era algo pouco exequível. Do ponto de vista militar, o recrutamento forçado não dava bons soldados às tropas de linha. Conforme salienta Peter Beattie (2009, p. 31), esse tipo de conscrição “tornou o serviço militar um sistema de trabalho semicoercitivo e uma instituição protopenal”. Da mesma maneira que servia para engrossar as fileiras do Exército e da Marinha, contribuía igualmente para retirar do convívio social uma boa quantidade de homens rotulados como vadios, baderneiros, beberrões e ladrões. Independentemente de suas práticas delituosas como paisanos ou dos julgamentos morais da sociedade, em geral esses homens eram pouco ou nada afeitos à dura vida militar, regida por draconianos códigos disciplinares.

Por isso, o governo imperial apelou também para o patriotismo dos cidadãos aptos para o serviço das armas e, em 7 de janeiro de 1865, baixou o decreto n.º 3.371, determinando a criação de corpos para o serviço da guerra em circunstâncias extraordinárias com a denominação de Voluntários da Pátria, bem como estabeleceu as condições e fixou as vantagens a serem pagas aos alistados.¹¹ Não vou entrar aqui nas minúcias desse decreto para analisar os benefícios concedidos àqueles que se voluntariaram para a guerra. Mas, no afã de atrair voluntários, o governo, entre outras coisas, prometeu para eles uma “gratificação de 300\$000 quando [dessem] baixa, e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas”. Era um mecanismo de mobilização militar inédito em termos de Brasil. Como afirmou Fábio Mendes: “Tratava-se de um elemento novo, inesperado mesmo nas relações entre o Estado e os cidadãos do Império. Talvez pela primeira vez, a imagem do sacrifício pela pátria mobilizava os espíritos em torno de um reconhecimento de pertencimentos e lealdades mútuas para além dos círculos literários” (MENDES, 2010, p. 103).

Aos presidentes provinciais coube a implementação do mencionado decreto em suas respectivas províncias. Porém, antes de esse decreto ter sido instituído ou mesmo sair do papel, ganhando materialidade, houve repartição pública em Pernambuco convocando voluntários “para a sustentação dos brios e dignidade nacionais comprometidos na guerra”. Foi o caso da Capitania do Porto que, em um texto escrito no último dia de 1864, mas publicado no dia 3 de janeiro de 1865, convidava “não só aos matriculados, como a todos os cidadãos que se [quisessem] alistar na qualidade de voluntários para a armada”.¹²

Contudo, o decreto de 7 de janeiro de 1865 demorou um pouco a ser implementado em Pernambuco. No dia 20 de janeiro de 1865, o presidente da província se reuniu no palácio com autoridades militares e civis com esse propósito, mas a reunião chegou ao seu termo sem resultados concretos.¹³ Razão pela qual o governo provincial agendou outra, no início de fevereiro de 1865. Essa, segundo uma síntese esboçada por um periódico, foi “muito concorrida”. O presidente deu início aos trabalhos dizendo o porquê da convocação e, após isso, consultou a opinião das pessoas presentes – tendo recebido, nessa ocasião, segundo o periodista, “muito valiosas considerações a respeito”. Se o responsável pela matéria não perdeu nada, a reunião parece ter se resumido a ponderações. E serviu basicamente para orientar a ação do presidente, ficando acertado que ele deveria se dirigir “a todas as influências da província, sem distinção de cor política” e convidá-las para auxiliá-lo na organização dos corpos de Voluntários da Pátria. Parecia muita conversa para pouca resolução, mas o jornal deu uma prova de exagerada confiança

¹⁰ Relatório do presidente Barão de Vila Bela, 1.º de março de 1868, p. 1.

¹¹ O texto integral do decreto pode ser acessado *on-line* no Portal da Câmara dos Deputados (<https://bit.ly/30tVrDc>).

¹² Jornal do Recife, 3 de janeiro de 1865, n. 2, p. 3.

¹³ Jornal do Recife, 21 de janeiro de 1865, n. 17, p. 1.

afirmando ser “tão justa a causa, e tão sagrado o motivo dela” que o convite a ser feito pelo governo seria “unanimemente aceito”.

Nessa mesma edição foi publicado um discurso do tenente-coronel Francisco Seve, comandante do 3.º batalhão de infantaria da Guarda Nacional do Recife – cujo fragmento nos serve de epígrafe. A princípio, ele afirmou que a milícia cidadã era “por sua instituição a defensora da Pátria e o sustentáculo do trono”. E, com um tom laudatório, que Pernambuco era “a província heroica, a estrela brilhante do Império, a coluna mais forte da monarquia”. Por isso, não desmentiria “o nome glorioso tantas vezes comprovado no campo de batalha, desde que venceu o Batavo atrevido”. No final, ele convocou seus subordinados a se alistarem no recém-criado corpo de Voluntários da Pátria.¹⁴ Em Pernambuco, o imaginário da Restauração (1645-1654) sempre emergia da memória social em momentos de confrontos, com o propósito de lembrar aos pernambucanos (e reatualizar) o seu glorioso histórico de lutas contra invasores.

Além das conclamações feitas por autoridades e cidadãos comuns, algumas atividades talvez tivessem uma maior visibilidade, mostrando à população que uma guerra havia sido iniciada e o país precisava de soldados. Estamos falando dos desfiles cívicos pela cidade. No dia 3 de fevereiro de 1865, um periódico registrou uma dessas manifestações públicas:

Anteontem à noite uma música marcial composta de amadores, percorreu algumas ruas da cidade, festejando a vitória de Paysandu. Eram 9 horas e meia quando chegara em frente do palácio, onde deram-se vivas à nação brasileira, à Sua Majestade o Imperador e aos defensores da pátria. S. Exc. o Sr. presidente da província, que se achava na janela, deu vivas aos briosos pernambucanos. A música tocou então o hino nacional, retirando-se depois com direção ao bairro do Recife.¹⁵

Um mês depois, nova passeata foi realizada em virtude de alvissareiras notícias chegadas do front, indicando a provável tomada de Montevidéu pelas tropas brasileiras. Dessa vez, de acordo com um periódico local, os Voluntários da Pátria já alistados, juntamente com “alguns oficiais e muitas praças do 2.º batalhão de infantaria da Guarda Nacional percorreram ontem à noite várias ruas da cidade, acompanhados do povo e precedidos de uma banda de música”. Quando chegaram ao palácio do governo “deram vivas à integridade do império, S. M. o Imperador e aos defensores da pátria”. Em resposta, o presidente deu “vivas aos Voluntários da Pátria e ao povo pernambucano”.¹⁶ A guerra também tinha o seu lado festivo.

Como afirma Marcello Basile (2009, p. 58), as festividades cívicas “cumpriram importante papel na mobilização das mais diversas camadas sociais e na afirmação dos valores nacionais” durante o período regencial. O mesmo pode ser dito em relação ao Primeiro Reinado (1822-1831) e igualmente ao Segundo Reinado, como nos mostram respectivamente Lara Lis Souza (1999) e Lídia Santos (2018). No Brasil monárquico, os símbolos e rituais cívicos foram importantes instrumentos de educação política. E ajudaram a inventar, embora de forma precária, uma identidade que se sobreponha às divisões de cor, condição social, região e posicionamentos partidários. Do mesmo modo, eventos aparentemente espontâneos, como esse protagonizado por um grupo de músicos amadores, desempenhavam um papel importante para o chamamento de voluntários, pois contribuíam para fazer os signos e sentidos do patriotismo circularem pela sociedade – difundindo, dessa maneira, a necessidade de as pessoas (e não apenas os homens recrutáveis) se envolverem na defesa da pátria.

Nas ruas, os festejos patrióticos pipocavam aqui e acolá; nos jornais, era constante a publicação de notícias e poesias sobre o conflito, enaltecendo as proezas de nossos soldados no campo de batalha, bem como de laudatícios discursos das autoridades civis e dos comandantes militares; de proclamações de cidadãos comuns; de relações nominais (atualizadas em cada

¹⁴ Jornal do Recife, 3 de fevereiro de 1865, n. 27, p. 1.

¹⁵ Jornal do Recife, 3 de fevereiro de 1865, n. 27, p. 1.

¹⁶ Jornal do Recife, 4 de março de 1865, n. 52, p. 3.

edição) dos cidadãos alistados no corpo de voluntários; de anúncios de venda de músicas temáticas (quadrilhas, polcas, valsas) e até da montagem de peças teatrais sobre a Guerra do Paraguai. Como a “majestosa cena patriótica” feita em homenagem aos “defensores da pátria” que foi encenada no Teatro de Santa Isabel, dois dias após o embarque do primeiro corpo de voluntários. Nas palavras de seu autor, a peça era “entremeada de poesias para canto” e terminava triunfalmente “com a aparição de um quadro alegórico, que [representava] o Paraguai esmagado pelo Brasil”.¹⁷

É possível pensar que, pelo menos no Recife, o assunto da guerra corresse à boca miúda por todos os cantos da cidade: nos átrios das igrejas, antes e depois das missas; nas tavernas, ao sabor das “bebidas espirituosas”; nos bancos das praças públicas; nas rodas de conversa pelas esquinas. Esse não era um tema desimportante, incapaz de despertar a atenção da opinião pública. Todavia, nos primeiros meses de 1865, essa enxurrada de mensagens patrióticas não se traduziu em adesão maciça ao alistamento de voluntários para a guerra. O tão propalado patriotismo, como nos indicam os documentos pesquisados, ficou esquecido em algum empoeirado fundo de baú. Em seu relatório de passagem da administração da província, Antonio Borges Leal Castelo Branco confessou que, ao assumir o cargo, existiam apenas “11 voluntários alistados, e era opinião geral manifestada também pela imprensa, que essa província não daria voluntários para a guerra, sendo que até poesias e artigos se publicavam dissuadindo a população dessa nobre contribuição”.¹⁸

Um cidadão pernambucano, residente em outra província, revelou um mal-estar com a indiferença dos seus conterrâneos diante da convocatória da nação. No primeiro dia de fevereiro de 1865, protegido pelo pseudônimo de “Um pernambucano na corte”, ele publicou em um periódico local uma conclamação dirigida aos pernambucanos, onde os questionou de modo enfático: “Será possível que os primeiros soldados da América conservem-se frios e impassíveis espectadores de uma luta em que a pátria está empenhada, luta nobre e santa, pois que de um lado se acham a luz, a civilização, a liberdade, e do outro as trevas, a barbárie, o despotismo!” E arrematou de maneira entusiástica: “Acordai, pernambucanos! [...] Ergue-te, Leão do Norte! Mostra-se tal qual és, e ao som do hino nacional, marchemos contra o inimigo gritando: Viva o Imperador! Viva o Brasil!”¹⁹

A indiferença dos pernambucanos também foi debatida na assembleia legislativa, em uma sessão realizada no mês de março. Na ocasião, o deputado Jacobina rebateu a ideia, defendida por alguns colegas, de que Pernambuco estava indiferente aos clamores da pátria. E lembrou-lhes, não sem razão, que a pretensa falta de patriotismo podia ser apenas um reflexo da dificuldade de comunicação entre a capital e as outras cidades da província, particularmente as localizadas no Sertão, aonde as notícias chegavam com mais lentidão:

Há bem poucos dias, se pode dizer, foi que se começou nesta capital o alistamento dos voluntários, foi em janeiro, que se tratou disso, estamos em março, o tempo não é muito e os voluntários estão chegando, e logo que às localidades do centro cheguem as notícias das circunstâncias do país, dos desejos do governo, o seu número há de aumentar consideravelmente. Portanto, senhores, não se pode dizer que a província está entregue ao indiferentismo quando o império sofre, isto não se deve, nem pode dizer; tanto mais quanto, sendo uma província extensa, ainda não há tempo de terem chegado a todos os seus pontos as notícias que todos aqui sabemos e nas proximidades da capital.

Realmente, nos meses de janeiro e de fevereiro, como ele mesmo admitiu, a província não manifestou “o costumado ardor”, mas sim certo “desânimo e arrefecimento”. Não obstante, em março as coisas tinham começado a mudar, pois, segundo ele, todos os dias os voluntários vinham alistar-se, provando não existir “o indiferentismo, esse desânimo que se [queria] supor”.²⁰

O deputado Jacobina foi certo na sua análise. De janeiro, desde a publicação do decreto

¹⁷ Jornal do Recife, 27 de abril 1865, n. 96, p. 3.

¹⁸ Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 25 de julho de 1865, p. 6-8.

¹⁹ Diário de Pernambuco, 1.º de fevereiro de 1865, n. 26, p. 2.

²⁰ Jornal do Recife, 20 de março de 1865, n. 65, p. 3.

de criação dos corpos de Voluntários da Pátria até o princípio de fevereiro de 1865, os voluntários apareceram, é verdade, mas isso se deu em ritmo de conta-gotas. No dia 17 de fevereiro, uma nota veiculada pelo Jornal do Recife informou o alistamento de somente 98 homens até aquela data, embora o responsável pela sua publicação tenha acrescentado, cheio de otimismo, ter “informações exatas, que [autorizavam] a crer” no aumento desse número em pouco tempo, sem contar o entusiasmo sentido por ele nas ruas da cidade.²¹

O presidente da província, Antônio Borges Leal Castelo Branco, compartilhava o mesmo pensamento. Se antes, como ele disse no seu já citado relatório, os prognósticos eram nebulosos, a partir de meados de fevereiro as nuvens pesadas começaram a se dissipar, fazendo “as fileiras dos Voluntários da Pátria [aumentarem] de dia em dia”. Segundo ele, dos lugares mais próximos do Recife “muitos cidadãos [tinham] acudido ao reclamo da pátria”, deixando-o com a esperança de “que o mesmo [aconteceria] a respeito das demais localidades da província”. E o “mais nobre entusiasmo pela defesa da honra e dignidade nacional” era perceptível em “todas as classes da população”:

Cidadãos notáveis por sua posição social, e por seus haveres, têm vindo alistar-se nessa falange de bravos com a mais louvável abnegação, que tanto os honra; e aqueles, que por considerações valiosas não podem fazer o sacrifício de suas pessoas no altar da pátria, oferecem o auxílio de seus serviços gratuitos nesta província, ou de seus donativos para as despesas da guerra.²²

O autor da nota acima referida não disse quais seriam e quem havia repassado para ele as tais “informações exatas”. E o quanto eram elas exatas a ponto de fazê-lo crer no inevitável aumento do número de voluntários. Porém, ainda no mês de fevereiro e, principalmente, no mês seguinte, o seu vaticínio começou a dar sinais de acerto. Nesse período, as fontes documentais consultadas nos mostram um considerável aumento no número de alistados.

Esse aumento deveu-se, sobretudo, aos voluntários vindos de lugares mais distantes da capital. Da cidade de Santo Antônio, por exemplo, vieram 56 voluntários; de Água Preta, 58; de Escada, 29. Da aldeia de Barreiros, 15 índios. E igualmente das freguesias mais agrárias do Recife, como as de Muribeca e de Jaboatão, de onde procederam, respectivamente, 15 e 22 voluntários. Uma relação nominal, publicada no Jornal do Recife (1865, n. 65, p. 2), mostrava que até o dia 14 de março tinham sido alistados 459 cidadãos. Entre 17 de fevereiro e 14 de março o número de alistados pulou de 98 para 459 – um aumento de 361 homens em menos de trinta dias.

De pessoas simples a gente graúda, os voluntários começaram a fluir para a capital pernambucana. Uns se apresentavam sozinhos às autoridades responsáveis pelo alistamento; outros, eram trazidos ou enviados por alguém – geralmente um grande proprietário ou um funcionário público mais graduado. Como fez, em meados de março, o capitão Antônio Pereira da Câmara Lima, senhor do engenho Jussara, situado na freguesia de Jaboatão. De uma só vez, ele apresentou os 22 cidadãos citados no parágrafo anterior, entre os quais “um seu enteado de nome José Coriolano Mendes Lins”. E, no final desse mesmo mês, o diretor da aldeia de Barreiros remeteu para a capital os igualmente citados “15 índios dessa aldeia, a fim de servirem no corpo de Voluntários da Pátria.”²³

Os jornais deixaram registradas nas suas páginas vários exemplos dessa peculiar expressão de patriotismo. Entretanto, sabendo-se das relações de clientelismo vigentes naquela época é de se perguntar até que ponto esses homens se apresentaram por vontade própria ou se eles foram coagidos a fazerem isso pelos proprietários de terras (e de gente) – uma prática que, entre outras coisas, servia para reforçar o seu capital simbólico nos meios políticos locais. O mesmo questionamento é válido para o poder de coação dos funcionários da burocracia imperial. E até

²¹ Jornal do Recife, 18 de fevereiro de 1865, n. 40, p. 1.

²² Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 1.º de março de 1865, p. 4.

²³ Jornal do Recife, 27 de março de 1865, n. 70, p. 1.

mesmo dos agentes recrutadores.

Um deputado provincial, em uma sessão da assembleia legislativa, colocou o dedo na ferida. Conhecedor como ninguém das articulações políticas locais, ele reclamou da prática de os potentados rurais remeterem voluntários para a capital, ganhando, com isso, honras e glórias indevidas: “Sr. Presidente, esses homens que vêm para aqui a pedido, a instâncias, talvez por mandado de Pedro ou de Paulo...” E questionou:

Pois um voluntario da pátria é cousa que se remeta inclusa n’um ofício, como um chefe de polícia remetia clavinotes? [...] Mas é o que se tem dado; e Pedro, Paulo, Sancho ou Martinho que remete 3, 4, 5, ou mais voluntários, as honras e glória são para esses que remetem os voluntários, os pernambucanos de que eles não podiam dispor.

Ele também protestou pelo fato de o presidente da província permitir esse procedimento e até reforçá-lo com elogios públicos: “Eu acho que o presidente devia responder a esses que remetem voluntários: – O senhor não tem que me remeter voluntários, eles que venham se quiserem”.²⁴

Em março, a imprensa denunciou o envio para o Recife de “guardas nacionais recrutados, algemados e fardados”. Razão pela qual o presidente da província, Castelo Branco, oficiou ao chefe de polícia para ele averiguar a veracidade do fato – devendo ainda “recomendar sem demora às autoridades policiais, que não [recrutassem] guarda nacional algum sem inteligência prévia com os respectivos comandantes”. E mesmo quando estes autorizassem, por meio de um documento por escrito, o recrutamento de seus subordinados, eles deveriam ser enviados sem a farda da Guarda Nacional. E finalizou o ofício com outra ordem:

Recomende igualmente V. S. às mesmas autoridades que procedam com toda a imparcialidade e justiça, como é necessário, para que o recrutamento não se torne mais vexatório e odioso do que naturalmente é, nem se converta em arma de perseguição e devendo haver o maior cuidado, para que não sejam presos indivíduos que tenham isenções legais. Os abusos nesta matéria serão severamente punidos.²⁵

A coação, o constrangimento e outros excessos aconteciam em quaisquer épocas de recrutamento. Note-se, tomando emprestadas as palavras utilizadas por Kraay (1999, p. 114) em um contexto semelhante, que o presidente nem “precisou usar o adjetivo ‘forçado’ para qualificar ‘recrutamento’ porque, na linguagem oitocentista, ‘recrutamento’ significava recrutamento forçado”.

Corroborando este seu posicionamento, Castelo Branco disse em um relatório que um dos seus maiores cuidados foi o de “não consentir que o recrutamento e a violência viessem desvirtuar o alistamento espontâneo, tornando-o assim odioso e antipático às populações”. A sua precaução, por si só, apontava para a possibilidade de as denúncias serem verdadeiras. Porém, ele mesmo confirmou a sua veracidade quando disse:

Por isso permiti que voltassem para suas casas os que m’o requereram alegando motivos atendíveis, constrangimento ou violência, e ainda na véspera do embarque do 1.º corpo passando-lhe revista, escusei alguns que por moléstias eram absolutamente imprestáveis e onerosos aos cofres públicos.²⁶

Na tentativa de ressaltar o quão cuidadoso ele foi na condução do alistamento espontâneo dos cidadãos, Castelo Branco acabou confirmando o presumível, ou seja, a existência de práticas violentas e/ou constrangedoras na formação do 1º corpo de Voluntários da Pátria.

Pouco a pouco, por livre e espontânea vontade ou não, os cidadãos foram conferindo materialidade aos corpos de voluntários. Não obstante, de onde talvez mais se esperasse uma

²⁴ Jornal do Recife, 10 de abril de 1865, n. 82, p. 3.

²⁵ Jornal do Recife, 10 de março de 1865, n. 57, p. 1.

²⁶ Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 25 de julho de 1865, p. 8.

pronta resposta à convocação da pátria, o apoio veio a passos lentos ou, em alguns casos, ficou pelo meio do caminho. Foi assim com a Guarda Nacional, a chamada “milícia cidadã”. Havia uma crença de que, entre os alistáveis, os guardas nacionais rapidamente atenderiam à convocação das autoridades. Afinal, tratava-se de uma instituição de âmbito nacional, organizada e armada pelo Estado, reputada como a “defensora da pátria e o sustentáculo do trono” – como a definiu o comandante de um dos seus batalhões sediados no Recife.²⁷ Todavia, a expectativa não se cumpriu inteiramente. Excetuando-se os guardas nacionais da capital, mais próximos do centro do poder, os de outras cidades pernambucanas fizeram ouvidos de mercador à convocação das autoridades e dos seus comandantes.

Castelo Branco deixou-nos registros importantes sobre o que ele chamou de “procedimento censurável” dos guardas nacionais pernambucanos. Logo quando recebeu o aviso do Ministério da Justiça “chamando a serviço de guerra e defesa do Império 2.424 guardas nacionais desta província”, ele baixou uma portaria “designando o número de praças que cada um dos municípios cabia dar, em proporção de sua força”. Além disso, também expediu circulares aos comandantes superiores da Guarda Nacional dando-lhes ordens para a organização e a arregimentação dos seus subordinados – solicitando-lhes, inclusive, “os nomes, sinais característicos e mais informações daqueles guardas que se negassem a marchar, afim de contra eles proceder na forma da lei”. Sem muito resultado. Alguns meses depois, ele voltou a cobrar os referidos comandantes, por meio de outras circulares, pela “pronta vinda” dos contingentes egressos do interior da província.

Apesar de ter adotado tais providências, ele mesmo admitiu não ter “conseguido resultado algum”. A situação era séria, porém, conforme Castelo Branco alertou aos deputados, não era nada sensato engrossar a voz contra os recalcitrantes. E recalcitrantes armados. Para ele,

[...] sendo sumamente desagradável, e talvez impolítico, pelas circunstâncias especiais da Província, recorrer desde logo a medidas extremas, não, contra alguns refratários e um ou outro batalhão da Guarda Nacional, mas, contra todos eles e 2.400 guardas, que em grande parte já me constava andarem foragidos, de ânimo revoltoso, e dispostos à resistência, julguei acertado insistir ainda nos meios brandos.

Insistindo nos meios brandos, ele expediu duas novas circulares endereçadas aos comandantes superiores da “milícia cidadã” recomendando-lhes (e aos demais oficiais) que, ao darem conhecimento das circulares aos seus subordinados, empregassem

todo o seu prestígio e influência para convencê-los de que se [deviam] prestar ao sacrifício que deles [exigia] a pátria, afim de pouparem ao governo a dolorosa necessidade de forçá-los a servirem no exército o dobro do tempo que [durasse] o destacamento, ou a recrutar aqueles, que não [tivessem] isenção legal, como [determinava] o art. 33 da lei de 19 de Setembro de 1850.

Em vez da força, recomendava-se a adoção de medidas persuasivas contra os recalcitrantes. Uma solução política pertinente e não tibieza do governante. Não devemos pensar o recrutamento como uma prerrogativa pétrea dos governantes a serviço da Coroa imperial, sem espaço para negociações. Como propõe Hendrik Kraay, a prática do recrutamento no Brasil Império se guiava por “complexas regras não escritas” e, apesar da sua brutalidade, não significava “a imposição de um estado forte sobre uma população desgraçada”. Pelo contrário, ele era “moldado por uma complexa rede de relações patrono-cliente entre o Estado, membros da classe senhorial e os pobres livres” (KRAAY, 1999, p. 115).

No afã de dar “maior publicidade” ao chamamento para a guerra, Castello Branco também enviou uma proclamação aos juizes de Direito, juizes municipais, juizes de paz, bem como aos Delegados e Subdelegados de polícia, solicitando-lhes para “excitar os brios da Guarda Nacional e da população em geral, convidando os cidadãos, em nome da pátria e da glória, a honrarem a

²⁷ Jornal do Recife, 3 de fevereiro de 1865, n. 27, p. 1.

memória de seus maiores, apresentando-se espontaneamente, já para o serviço exigido da Guarda Nacional, e já para o exército e armada.” Porém, ele dizia estar convencido, em vista de comunicações oficiais e de informações particulares, de que “se o exemplo raro de abnegação e de patriotismo que [dera] S. M. o Imperador, partindo para o teatro da guerra não [produzisse] algum efeito, os meios brandos pouco conseguiriam produzir algum efeito quanto à Guarda Nacional”.

De ponta a ponta da província, chegavam informações das autoridades locais dizendo que os guardas nacionais dificilmente se apresentariam para a guerra caso não fossem tomadas medidas coercitivas. O comandante superior do município de Boa Vista afirmou que a Guarda Nacional sob seu comando não tinha disciplina alguma e parte dos oficiais não merecia nenhuma confiança, supondo, inclusive, que eles mesmos incentivassem seus subordinados a se evadirem – fugindo, assim, do seu patriótico dever. O do Brejo informou ter encontrado resistência até mesmo entre diversos oficiais e alguns comandantes de corpos, dificultando-lhe, assim, a formação dos conselhos de qualificação. E os designados, bem como os que sabiam que seriam escolhidos, fugiam para a província da Paraíba. Em suma, como afirmou o delegado de polícia, “essa gente só [iria] para a guerra amarrada”.²⁸

Como ocorreu com a Guarda Nacional, também se esperava uma rápida incorporação dos soldados do Corpo de Polícia às tropas que partiriam para o teatro da guerra. Castelo Branco, em seu relatório de 1.º de março de 1865, afirmou: “É de esperar que este corpo, que tão bons serviços tem prestado à província, e que certo não é menos patriótico do que os de outras, se ofereça, como fizeram estes, para ir desafrontar a honra nacional nos campos de guerra e juntar mais um troféu à glória e heroísmo de Pernambuco”.²⁹ A Lei n.º 611, de 2 de maio de 1865, criada pela assembleia legislativa provincial, autorizou Castelo Branco “a fazer marchar [para a guerra] o corpo de polícia”, além de elevar o efetivo desta corporação a 500 homens. No entanto, de acordo com os deputados, as praças de polícia eram contratadas para o serviço da província e, portanto, “não podiam ser constrangidas a servirem fora dela”. Resumindo, o presidente não podia obrigá-las a partirem para a guerra. Isso somente ocorreria se elas, por conta própria, decidissem se desligar do Corpo de Polícia e se alistarem no corpo de Voluntários da Pátria.

Essa foi a decisão tomada por alguns soldados e oficiais daquela corporação. No dia 18 de fevereiro de 1865, segundo notícia publicada no Jornal do Recife, dois primeiros tenentes, um furriel e cinco soldados do Corpo de Polícia pediram baixa do serviço para se alistarem no referido batalhão de voluntários. Dando conta também de que o major da corporação policial, Alexandre de Barros e Albuquerque, “bem como alguns outros oficiais do mesmo corpo achavam-se prontos para marchar para o Sul – dando mais uma prova de civismo e valor e demonstrando serem dignos de imitação”.³⁰ Um oficial, inclusive, foi aos jornais para publicizar a sua decisão de seguir para o campo de batalha de qualquer maneira, não sendo nenhum empecilho para isso sua “pesada família, composta de esposa e sete filhos menores”, pois ele não era, nas suas palavras, “daqueles que só [queriam] ganhar os cobres do governo para acompanhar procissão, fazer eleições, etc. etc., como se [dizia]”.³¹ Seu ato provocou a imediata e enérgica reação de outros oficiais de polícia e ele acabou se retratando, tudo isso por meio dos jornais.

Muitos soldados, realmente, tomaram a mesma resolução desses seus companheiros de armas. Contudo, outros tantos não deram a mínima atenção aos clamores da nação. Para tentar animá-los, os deputados provinciais discutiram a possibilidade de se conceder vantagens aos soldados de polícia alistados no corpo de Voluntários da Pátria. A proposta não foi bem aceita por alguns políticos. Deputados, como P. Batista, para quem “provas de patriotismo em defesa do país não se [compravam] com dinheiro”, eram contrários. O deputado Jacobina, por sua vez, era

²⁸ Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 25 de julho de 1865, p. 3-4.

²⁹ Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 1.º de março de 1865, p. 8.

³⁰ Jornal do Recife, 18 de fevereiro de 1865, n. 40, p. 1.

³¹ Jornal do Recife, 10 de abril de 1865, n. 82, p. 3.

favorável ao projeto de lei e argumentava que as vantagens anunciadas não eram uma forma de comprar o patriotismo dos soldados de polícia, mas a necessidade de se prestar auxílio àqueles “afim de que suas famílias não [ficassem] entregues à miséria e à prostituição”.³²

No final, a tese defendida pelo deputado Jacobina foi aprovada pela assembleia legislativa, e deu origem à Lei n. 611 de 2 de maio de 1865, autorizando o presidente a permitir a partida do corpo de polícia para a guerra – sendo em seu lugar criado um corpo provisório, para fazer o seu serviço enquanto durasse o conflito com o Paraguai. Entretanto, mesmo com a garantia, facultada pela pena da lei, do recebimento de vantagens superiores às aprovadas para os Voluntários da Pátria, muitas praças de polícia foram irredutíveis. De um efetivo de 328 homens, “apenas 188 praças se declararam prontas a marchar e 140 [quase 43% do contingente do corpo] se recusaram” a fazer o mesmo. Dessas 140 praças, 10 requereram a aposentadoria e outras 70 a baixa do serviço. As 60 praças restantes decidiram esperar pela formação do corpo provisório para concluir o seu tempo de serviço – mas não poderiam, conforme ficou definido pela citada lei, serem “de novo engajadas, findo o atual engajamento”.³³

Todavia, como afirmamos anteriormente, aos poucos os chamamentos patrióticos começaram a movimentar a população (pelo menos a do Recife) e a dar alguns resultados positivos, embora isso não significasse o aumento dos efetivos dos corpos de Voluntários da Pátria. Como afirmou o presidente acima, aqueles cidadãos que não podiam “fazer o sacrifício de suas pessoas no altar da pátria”, encontravam outras formas de expressar o seu patriotismo, mesmo sem arredarem os pés da capital pernambucana. Como fizeram “algumas pessoas” ao sugerirem à redação do Jornal do Recife a abertura de uma subscrição para a compra do “estandarte à sombra do qual [os Voluntários da Pátria iam] ajudar a vingar a honra e a dignidade nacional dos campos do Paraguai”.³⁴

A proposição foi rapidamente aprovada por um razoável número de cidadãos. Na edição do dia seguinte, o mesmo jornal publicou uma relação de colaboradores para essa patriótica causa. Rufino Augusto de Almeida, o responsável pela subscrição, conseguiu arrecadar 525\$000 réis. E a redação do jornal coletou outros 283\$000 réis. Ao todo, foi recolhida de um dia para o outro a considerável soma de 808\$000 réis.³⁵ Na manhã do dia 7 de abril deu-se a bênção da bandeira, na igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares – onde uma “multidão imensa de pessoas de todas as classes da sociedade, [ocupou] o interior do templo, sem exceção nem dos púlpitos”. Ao fim da cerimônia religiosa foram pronunciados dois discursos, entremeados pela declamação de uma poesia. Em seguida, o estandarte foi conduzido pelo presidente da província “à porta do templo” e entregue “ao corpo, que em linha se achava formado em frente da igreja”. Vieram mais discursos e poesias, onde, como nos anteriores, as palavras pátria, patriótico e patriotismo foram citadas sem nenhuma economia. Por último, o corpo saiu em desfile

[...] pelas ruas do Cabugá, Crespo, Imperador, Campo das Princesas, onde passou em continência em frente de palácio, regressando para sua caserna no largo do Hospício, pela ponte de ferro, rua da Aurora, Imperatriz e Hospício. Em todo o trajeto, tanto da ida como da volta, nas ruas da Imperatriz e Nova, choveram flores sobre eles das janelas, que, adornadas de pavilhões diferentes, estavam sobrecarregadas de espectadores.³⁶

Como já dissemos, essas festividades cívicas contribuíam para o despertar do sentimento patriótico na população. Castelo Branco sabia disso. Segundo ele, movimentações assim, com “a presença dos voluntários por toda parte era como que uma sedução permanente” para os cidadãos

³² Jornal do Recife, 20 de março de 1865, n. 65, p. 3.

³³ Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 25 de julho de 1865, p. 12.

³⁴ Jornal do Recife, 15 de fevereiro de 1865, n. 37, p. 3.

³⁵ Jornal do Recife, 16 de fevereiro de 1865, n. 38, p. 2.

³⁶ Jornal do Recife, 8 de abril de 1865, n. 81, p. 1.

ainda não alistados para a guerra.³⁷

Outras formas de expressar o patriotismo apareceram aqui e acolá. Se uns ofertavam somas em dinheiro, outros ofereciam seus serviços, gratuitamente. Na edição de 15 de fevereiro, o *Jornal do Recife* publicou um “Oferecimento patriótico” feito por dois médicos, os “Srs. Drs. Pereira do Carmo e Moscoso”. Ambos se colocaram à disposição da presidência “para servirem gratuitamente no hospital militar”, durante a ausência dos médicos “do corpo de saúde do exército, que o governo imperial mandou seguir para a Corte, afim de acompanharem o exército nas futuras operações militares”. Outro médico, o Dr. Inácio Firmo Xavier, se dispôs para tratar, a qualquer hora do dia ou da noite, “as famílias dos Voluntários da Pátria sem nenhum honorário público ou particular durante a ausência de seus membros que [partiram] para a guerra.³⁸ Ainda no campo da saúde, o farmacêutico Joaquim de Almeida Pinto ofereceu-se “para fornecer gratuitamente medicamentos às famílias dos voluntários moradores na sua freguesia, durante o tempo em eles se [achassem] fora da província, combatendo em defesa da honra e dignidade nacional.”³⁹

Na mesma linha de demonstrar patriotismo, mas sem engrossar os efetivos enviados para o campo de batalha, os oficiais e praças do 9.º batalhão de infantaria da Guarda Nacional de Olinda, argumentando conhecerem as dificuldades da força de linha existente na província, se ofereceram para serem destacados para o serviço em toda a comarca e também na capital – um oferecimento, reputado pelo jornal, como “digno de louvor”.⁴⁰ Foi uma estratégia inteligente, por meio da qual eles davam tanto uma demonstração de patriotismo quanto se livravam do enorme risco de entrarem para as duras e secas estatísticas de mortos ou mutilados em território estrangeiro. Se sucedesse de serem destacados para algum lugar, que fosse para dentro da própria comarca, mas não para o teatro de guerra – devem ter calculado os guardas nacionais olindenses ao fazerem esse oferecimento.

No início de março, os negociantes nacionais e estrangeiros estabelecidos no Recife enviaram à presidência um abaixo-assinado se oferecendo para “fazerem gratuitamente o serviço policial da cidade sob a direção da autoridade respectiva” com o intuito de “auxiliar-se e tornar menos pesado à Guarda nacional, o serviço público, na ausência da tropa e linha e Corpo de Polícia”.⁴¹ Até os magistrados teriam tomado essa decisão. Segundo uma nota, publicada em um jornal coevo, todos os “membros da magistratura, inclusive os desembargadores, advogados e bacharéis em direito” teriam assinado uma representação ao governo na qual eles se ofereciam para formar uma guarda cívica e “substituírem no serviço policial da cidade a força de linha, durante a guerra do Sul”.⁴²

Diferentemente dos guardas nacionais, que tinham seus critérios de isenção, mas não estavam totalmente livres de serem destacados para o serviço de guerra, os negociantes e magistrados jamais passariam pelos dissabores do recrutamento forçado. Nesse caso, mais do que o medo da guerra, o oferecimento desses dois grupos expressava a preocupação com a segurança pública. Segundo relatos da época, a criminalidade parecia aumentar ano após ano, atingindo, sem seletividade, as vilas e cidades do litoral ao sertão. (SILVA, 2015; 2019). E, com a possibilidade iminente de a Guarda Nacional e o Corpo de Polícia serem destinados ao esforço de guerra, a situação se tornava mais preocupante.

Contudo, no meio de toda a movimentação provocada pela guerra, havia gente mais preocupada em ganhar dinheiro. As guerras deixam uma legião de mortos, mutilados, viúvas e órfãos, mas também criam mercados, propiciando oportunidades de enormes lucros para os homens de negócios. Em tempos de guerra ou de paz, o dinheiro que movimenta o comércio e a

³⁷ Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 25 de julho de 1865, p. 8.

³⁸ *Jornal do Recife*, 29 de abril de 1865, n. 97, p. 4.

³⁹ *Jornal do Recife*, 8 de março de 1865, n. 55, p. 1.

⁴⁰ *Jornal do Recife*, 9 de fevereiro de 1865, n. 32, p. 1.

⁴¹ *Jornal do Recife*, 4 de março de 1865, n. 52, p. 3.

⁴² *Jornal do Recife*, 20 de fevereiro de 1865, n. 41, p. 1.

indústria é o mesmo: Pecunia non olet – mesmo quando ele está sujo de sangue. O abastecimento das tropas exige a compra de fardamentos, armas e munições, mas também de alimentos, remédios, cavalos etc. Aí entram em cena os fornecedores – geralmente, os maiores beneficiários das guerras. Não foi diferente com a Guerra do Paraguai. Como acentuou o Barão de Cotegipe, em discurso proferido no Senado, no ano de 1867: “É porque a guerra é um benefício dos fornecedores [...], que, enquanto o Brasil puder despende um centavo, ela não se acaba” (COTEGIPE *in* FIGUEIRA, 2001, p. 7).

Divalte Figueira (2001), ao estudar os aspectos econômicos da Guerra do Paraguai, mostra que, diante da quase inexistência de uma indústria manufatureira de propriedade particular no Brasil, o abastecimento das tropas foi feito, em sua maior parte, pelo mercado externo – particularmente a Europa, os Estados Unidos da América e o rio do Prata. Consequentemente, parte considerável do montante de dinheiro empregado com esse objetivo foi escoado para o exterior e não foi utilizado para estimular o crescimento industrial brasileiro, como fizeram outros países em época de guerra. Porém, mesmo de maneira precária, o conflito com o Paraguai também movimentou o mercado interno – ficando a cargo dos arsenais de Guerra e de Marinha a aquisição de provisões e equipamentos para uso no campo de batalha.

E, com isso, eram abertas possibilidades de novos rendimentos para os proprietários de alguma fábrica ou manufatura – mesmo que fosse de fundo de quintal. Isso se confirmou na licitação aberta pelo Arsenal de Guerra de Pernambuco, para quem estivesse em condições de “costurar 646 capotes de pano azul para o 3.º corpo Voluntário da Pátria”. Os interessados deveriam apresentar “suas propostas em carta fechada”, juntamente com “a fiança e habilitações exigidas pelo aviso do Ministério da Guerra, que [tratava] a semelhante respeito”.⁴³

O aumento do trabalho no Arsenal de Guerra, por causa das demandas da guerra, também abriu novas oportunidades de trabalho para a população livre. Um ofício do presidente da província, datado de 9 de março de 1865, concedeu ao diretor do referido arsenal autorização “para admitir mais 2 alfaiates [para coadjuvar] a respectiva oficina, vencendo o jornal da tabela em vigor durante o tempo em que forem precisos aos seus serviços”.⁴⁴ Mais ou menos uma semana antes, o mesmo diretor havia convidado pelos jornais aos “operários de espingardeiros, latoeiros, corrieiros, cozinheiros e tanoeiros para trabalharem de empreitadas [naquele] estabelecimento”.⁴⁵ As vagas eram poucas, temporárias, mas estamos falando de uma sociedade escravista, onde igualmente poucas eram as oportunidades de trabalho regular, assalariado.

Individualmente, houve ainda os casos de pessoas que se aproveitaram da guerra para dar um upgrade nos seus empreendimentos. Como fez o proprietário da loja Esperança, um estabelecimento situado na rua do Queimado, n. 33, onde se vendia um sem-número de produtos voltados para os homens e, principalmente, para as mulheres desejosas de andarem na moda (luvas de pelica, lenços, leques, diademas e “diversos artigos para toilet”). Demonstrando seu timing para os negócios, ele vislumbrou a realização de bailes para comemorar tanto a “vitória alcançada nas margens do Jataí” quanto um possível sucesso das armas brasileiras em Uruguiana (ele ainda não sabia da derrota dos paraguaios nessa batalha quando publicou o anúncio). E passou a direcionar a propaganda dos seus produtos para os prováveis frequentadores de tais bailes, acentuando que eles seriam vendidos “baratíssimos devido ao fim para que [anunciava-se]”.⁴⁶

Com a mesma visão apurada para os negócios, os fotógrafos Eugênio & Maurício, estabelecidos na rua Nova, n. 25, resolveram apostar no sentimentalismo de quem partia para a guerra, mas queria deixar algo de recordação para os entes queridos, uma forma de estar presente, mesmo estando ausente. Faltando poucos dias para o embarque, eles se dirigiram aos “briosos

⁴³ Jornal do Recife, 21 de setembro de 1865, n. 219, p. 3.

⁴⁴ Jornal do Recife, 13 de março de 1865, n. 59, p. 1.

⁴⁵ Jornal do Recife, 7 de março de 1865, n. 54, p. 3.

⁴⁶ Jornal do Recife, 23 de setembro de 1865, n. 221, p. 3.

pernambucanos Voluntários da Pátria” desejosos de deixarem fotografias de recordação para seus familiares e amigos e se colocaram à disposição para “fazer-lhes retratos em cartões de visita por metade dos preços dos particulares, ou 6\$ a dúzia”.⁴⁷

Apesar dos contratemplos verificados com a Guarda Nacional e com o Corpo de Polícia, o governo provincial conseguiu organizar, de janeiro a abril de 1865, o primeiro batalhão de Voluntários da Pátria com 789 homens.⁴⁸ Não era um contingente desprezível, mas proporcionalmente pequeno se atinarmos para a densidade populacional da província naquela época. Para termos uma ideia do que foi dito, basta olharmos somente para a população das quatro principais freguesias do Recife (São Frei Pedro Gonçalves, Santo Antônio, São José e Boa Vista) ao longo do século XIX. Elas eram as mais densamente povoadas e podem nos dar indícios de como os corpos de Voluntários da Pátria teriam sido rapidamente formados se o ardor patriótico dos pernambucanos fosse tão forte quanto ele aparecia nos discursos, poesias e conclamações publicados nos jornais ou divulgados de viva voz em lugares públicos.

Os dados demográficos existentes são poucos e lacunares, trazendo nos números registrados as imprecisões relacionadas com a contagem de pessoas no século XIX – geralmente feitas de modo rudimentar por párocos, delegados e outros empregados públicos. Além disso, os censos existentes se referem a um período anterior e a outro posterior ao conflito com o Paraguai. Mas, como diria Pierre Nora, façamos o mel da nossa história com as flores que temos em nossas mãos. Em 1856, ou seja, onze anos antes da eclosão da guerra, apenas as quatro principais freguesias do Recife comportavam uma população livre de 33.270 habitantes – embora aqui estivessem incluídas pessoas de ambos os sexos (CARVALHO, 2001, p. 85).

Em outro censo, o de 1872, o mais completo realizado no Império, a população das quatro paróquias acima citadas pulou para 63.083 pessoas livres, ou seja, houve um aumento de 47,3%, o equivalente a 29.813 pessoas a mais, em um curto espaço de 16 anos. Na divisão por sexo, não computando-se aqui os(as) escravizados(as), existiam 31.639 homens e 24.568 mulheres. Portanto, o número de homens livres, em 1872, era quase igual ao da população total, em 1856. Excluindo-se 195 indivíduos desse total por serem portadores de alguma deficiência física ou mental, inabilitando-os para o serviço das armas, bem como os velhos, as crianças e os engajados nas tropas de linha, restavam nas quatro freguesias citadas algo em torno de 30.000 homens habilitados para a defesa da pátria. Porém, no primeiro semestre de 1865, a maior parte deles não se deixou levar pelos discursos e gestos patrióticos que povoavam o dia a dia recifense e preferiu demonstrar seu patriotismo de outras formas – como mostramos ao longo desse artigo.

O primeiro batalhão de Voluntários da Pátria marchou para a guerra no dia 27 de abril de 1865. A julgar pelos relatos da época, o regozijo público foi grande. Desde a divulgação da notícia do embarque, choveram proclamações, discursos e poesias nos jornais. E pedidos. Diversos cidadãos rogaram que, nesse dia, o presidente da província decretasse o fechamento das repartições públicas e das casas comerciais. Outros pediram aos moradores para “deitarem colchas e hastearem bandeiras em suas varandas”.⁴⁹ Um grupo de cidadãos se organizou em um “esquadrão patriótico” com o fito de acompanhar a pé todo o percurso a ser feito pelos voluntários. Outros cidadãos, mais endinheirados e, talvez, desejosos de mostrar para a sociedade quem era quem na hierarquia social, chegaram ao cúmulo de fretar o vapor Parahyba para acompanharem com suas famílias e amigos a viagem dos voluntários até o cabo de Santo Agostinho – com direito a “música militar de amadores” a bordo, e a soltar “foguetes desde a partida do ancoradouro até a

⁴⁷ Jornal do Recife, 21 de abril de 1865, n. 91, p. 3.

⁴⁸ Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 25 de julho de 1865, p. 12. Ainda no primeiro semestre de 1865, o governo provincial conseguiu formar um segundo batalhão com 511 homens, alcançando um total de 1.300 voluntários em seis meses de intensa mobilização patriótica. Porém, neste artigo, tratamos apenas do primeiro deles, que foi quem deu o pontapé inicial na formação dos referidos batalhões.

⁴⁹ Jornal do Recife, 19 de abril de 1865, n. 89, p. 3.

despedida final”.⁵⁰

No dia do embarque, as ruas por onde o cortejo passaria, estavam quase todas “adornadas de colchas e bandeiras”; em quatro delas, havia também arcos feitos de folhas ou de madeira. Às dez horas da manhã, uma “multidão numerosíssima” já aguardava em frente ao quartel a saída do batalhão. Decerto, no meio dessa multidão estava o Esquadrão Patriótico ao qual nos referimos anteriormente. A espera foi longa, pois somente por volta das duas horas e meia da tarde o corpo de Voluntários começou a desfilar. Havia, como era de se esperar, todo um ordenamento, definindo o lugar de cada um no longo cortejo:

Na frente marchava um esquadrão formado de moços empregados no comércio, uniformemente vestidos de branco.

Atrás dele iam as principais autoridades da província e alguns oficiais superiores todos a cavalo. Seguia-se a pé um número imenso de cidadãos de todas as classes formados em linhas paralelas.

Depois as músicas das sociedades *União Permanente* e *União Comercial*, e também as dos corpos primeiro e terceiro de infantaria da Guarda Nacional, e a do quarto batalhão de artilharia de linha.

Formava em seguida um pelotão de oficiais de linha e Guarda Nacional, sob a direção do Sr. Tenente-Coronel Pessoa, secretário do quartel-general.

Atrás destes marchava o batalhão com a sua música na frente, dividido em trinta e dois pelotões, de vinte e quatro praças cada um – total 768 praças, sem oficiais e a música.

Para Roberto DaMata (1997, p. 45, 60), a parada militar é também um modo “de refletir e expressar a estrutura social brasileira”. Nela, os grupos sociais “acentuam suas posições rituais em homologia com as posições que ocupam no mundo cotidiano. A hierarquia é, pois, mantida e, por meio de sua dramatização, manifesta”. O cortejo dos voluntários seguiu esse regramento. Logo após o “esquadrão formado de moços empregados no comércio” vinham “as principais autoridades da província e alguns oficiais superiores”, todos a cavalo. Somente eles vinham a cavalo, manifestando o prestigioso lugar de cada um naquela sociedade. O batalhão de voluntários, motivo de toda a festa, vinha por último – precedido de um pelotão de oficiais do Exército e da Guarda Nacional.

Aplausos, chuvas de flores, poesias e discursos, vivas numerosos e “centenares de foguetes” compunham a estrepitosa sinfonia da despedida. Nem mesmo uma “imensa chuva que caiu por espaço de meia hora” foi capaz de arrefecer o ardor patriótico dos espectadores. Ninguém arredou o pé, nem das ruas, nem das janelas. Quando o batalhão chegou na rua da Cadeia, a aglomeração de pessoas era tão grande “que tornou a marcha impossível por espaço de meia hora”. Toda essas demonstrações de afeto e civismo atrasaram, obviamente, a chegada dos voluntários ao local do embarque. Quando o batalhão chegou ao Arsenal de Marinha eram cinco horas e meia da tarde, quase noite. O cortejo levou aproximadamente três horas para percorrer um trajeto que, em outro momento, levaria de trinta a sessenta minutos, no máximo.

No Arsenal de Marinha, não havia lugar para mais ninguém: “O povo tinha invadido tudo e só a muito custo foi possível romper a multidão”. Uma fileira quádrupla de pessoas ocupava o cais do porto em quase toda a sua extensão, “enquanto as janelas de todas as casas vizinhas estavam atonetadas de gente”. Havia pessoas até em cima de alguns telhados. No ancoradouro, os barcos estavam “galhardamente embandeirados”. Ao lado do São Francisco, o barco de transporte da tropa, estavam outros dois vapores: o Camaragibe e o Parahyba – aquele barco que foi fretado por um grupo de cidadãos endinheirados. A bordo do primeiro “um parque de artilharia salvava, enquanto do outro, inúmeros foguetes subiam ao ar, rebentando estrepitosamente”. No rio, um monte “de botes cheios de famílias” completava o festivo cenário.

Toda essa multidão ainda aguardou pacientemente “mais de uma hora o momento de ver partir o vapor, pra dizer o último adeus a seus briosos comprovincianos”. Todavia, isso não foi

⁵⁰ Jornal do Recife, 22 de abril de 1865, n. 92, p. 1.

possível, pois o embarque “só terminou muito tarde, quando o navio já não podia sair por falta de maré”. E a tão esperada quanto festejada partida dos voluntários para o teatro da guerra somente aconteceu “aos primeiros raios de sol” da manhã seguinte, sob o silêncio de uma cidade que foi dormir embriagada de patriotismo.⁵¹

Ao longo desse artigo ressaltamos como a eclosão da Guerra do Paraguai contribuiu para colocar a palavra pátria e os termos dela derivados (patriota, patriotismo, patriótico) na boca e no cotidiano das pessoas, fazendo-as circular em diversas situações, desde as mais solenes às mais comezinhas – obtendo, assim, resultados não desprezíveis. Afinal de contas, a ideologia do patriotismo, expressa na difusão de discursos, símbolos e valores patrióticos, conseguiu mobilizar a população pernambucana – fosse para lutar na guerra pelo Brasil, fosse para colaborar de alguma maneira com o esforço bélico, mesmo mantendo-se distante do front. E, por extensão, ajudou a reforçar um ainda frágil edifício da identidade nacional, amalgamando nesse contexto de guerra as diversas identidades regionais em benefício da criação de uma unidade artificial, imaginada, ou seja, a nação brasileira. Todavia, as identidades regionais e locais continuavam pulsando dentro de cada voluntário que pegou em armas para vingar a afronta perpetrada por Solano Lopez.

De fato, os voluntários marcharam para lutar em nome de uma mátria, o Brasil, que não ficava restrita aos limites geográficos de seus locais de nascimento, ou mesmo aos de sua província, mas sim que englobava todas as regiões de um país – e suas respectivas e distantes populações, formadas por irmãos desconhecidos, nunca vistos. Ainda assim, a noção de pertencimento a uma região específica do Império continuava fortemente arraigada entre os pernambucanos. Como deixou escapar o presidente Castelo Branco em um dos seus relatórios, quando falou sobre a “sedução permanente” que a presença de voluntários por toda parte causava nos cidadãos ainda não alistados. Segundo ele, essa sedução era “tanto mais eficaz, quanto [era] animadora a certeza de que, ainda em terras remotas, estariam com os seus, sob a direção dos seus, e, para assim dizê-lo em Pernambuco”.⁵² Sendo assim, a identidade regional permanecia incólume, mesmo com a identidade nacional aflorando e ganhando espaço. Os voluntários saíam de Pernambuco, mas Pernambuco não saía deles.

Fontes

Diário de Pernambuco, 1.º de julho de 1865, n. 148. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Diário de Pernambuco, 1.º de fevereiro de 1865, n. 26. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 3 de janeiro de 1865, n. 2. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 21 de janeiro de 1865, n. 17. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 3 de fevereiro de 1865, n. 27. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 4 de fevereiro de 1865, n. 28. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 9 de fevereiro de 1865, n. 32. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

⁵¹ Jornal do Recife, 29 de abril de 1865, n. 97, p. 1.

⁵² Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 25 de julho de 1865, p. 8.

do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 15 de fevereiro de 1865, n. 37. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 16 de fevereiro de 1865, n. 38. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 18 de fevereiro de 1865, n. 40. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 20 de fevereiro de 1865, n. 41. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 21 de fevereiro de 1865 n. 42. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 1.º de março de 1865, n. 49. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 4 de março de 1865, n. 52. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 7 de março de 1865, n. 54. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 8 de março de 1865, n. 55. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 10 de março de 1865, n. 57. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 13 de março de 1865, n. 59. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 20 de março de 1865, n. 65. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 27 de março de 1865, n. 70. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 8 de abril de 1865, n. 81. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 10 de abril de 1865, n. 82. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 19 de abril de 1865, n. 89. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 21 de abril de 1865, n. 91. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 22 de abril de 1865, n. 92. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 27 de abril 1865, n. 96. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 29 de abril de 1865, n. 97. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 21 de setembro de 1865, n. 219. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 23 de setembro de 1865, n. 221. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Ofício do delegado do Termo do Brejo, Tomás Alves Maciel, para o presidente da província, Francisco do Rego Barros, 18 de maio de 1842. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Polícia Civil, cód. 3, fl. 116.

Ofício do delegado suplente de Sirinhaém, Antonio Germano Regueira Pinto de Souza, para o chefe de polícia, José Nicolau Regueira Costa, 8 de fevereiro de 1850. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Polícia Civil, cód. 28, fl. 235.

Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 1.º de março de 1865. Center for Research Libraries – Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnex.crl.edu/titles/180/items>.

Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 25 de julho de 1865. Center for Research Libraries – Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnex.crl.edu/titles/180/items>.

Relatório do presidente Francisco de Paula Silveira Lobo, 15 de abril de 1867, p. 3-4. Center for Research Libraries – Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnex.crl.edu/titles/180/items>.

Relatório do presidente Barão de Vila Bela, 1.º de março de 1868. Center for Research Libraries – Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnex.crl.edu/titles/180/items>.

Referências

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 53-119.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728. 8 v.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria. In: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 53-99.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

CATROGA, Fernando. Pátria e nação. In: DORÉ, Andrea; SANTOS, A. C. (orgs.). *Temas setecentistas: governos e populações no império português*. Curitiba: UFPR/Fundação Araucária, 2009, p. 13-34. Disponível em: <https://bit.ly/30nWe8V>. Acesso em: 16 dez. 2019

- DAMATA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DOMINGOS VIEIRA, frei. *Thesouro da língua portuguesa*. Porto: Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871.
- FEBVRE, Lucien. *Honra e pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, Fapesp, 2001.
- IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 84-109, 2001.
- KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. *Diálogos*, Maringá, v. 3, n. 3, p. 113-151, 1999.
- MENDES, Fábio. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições brasileiras: 1824*. Brasília: Senado Federal, Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. *Luminárias, músicas e sentimentos patrióticos: festas e política no Recife (1817-1848)*. Niterói, RJ, 2018. 277 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2018.
- SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- SILVA, Wellington Barbosa da. “Salve-se quem puder”: polícia e controle do crime no Recife oitocentista (1860-1889). In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André (orgs.). *História, violência, criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais*. Uberlândia: EDUFU, 2015, p. 131-154.
- SILVA, Wellington Barbosa da. “Grupos de criminosos infestam aquela parte da província”: banditismo em Pernambuco na segunda metade do século XIX (1850-1870). In: FONTELES NETO, Francisco Linhares; BRETAS, Marcos Luiz; FLORES, Mariana F. da C. Thompson (orgs.). *História do banditismo no Brasil: novos espaços, novas abordagens*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019. p. 151-177.
- SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

Nota de autoria

Wellington Barbosa da Silva é graduado, mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é professor associado da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – atuando na graduação e na pós-graduação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Oitocentos (GEPHISO). Tem experiência em estudos sobre polícia, crimes, prisões, escravidão e cotidiano no Brasil Império. E-mail: wellington.ufrpe@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

SILVA, Wellington Barbosa da. “Em nome da pátria e da glória”: a formação do 1.º Corpo de Voluntários da Pátria (Pernambuco, 1865). *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 226-247, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 06/08/2020.

Modificações solicitadas em 31/08/2020.

Aprovado em 18/10/2020.